



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Anexo I

Termo de Referência

(Processo Administrativo nº 07.16.0023/2024)

**1. CONDIÇÕES GERAIS**

**1.1. Registro de preços para aquisição de medicamentos segunda parte**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	10.000
2	ALPRAZOLAM 0,25 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	3.000
3	ANLODIPINO 2,5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	8.000
4	ANLODIPINO 5 MG + LOSARTANA 50 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	5.000
5	BREXPIRAZOL 0,5MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	5.000
6	BROMIDRATO DE GALANTAMINA 8 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	3.000
7	CIPIONATO DE TESTOSTERONA 100 MG/ML AMPOLA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	AMP	300
8	CLOPIDOGREL 75 MG + ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	10.000
9	CLORTALIDONA 12,5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	10.000
10	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6 UI + 10MG/G POMADA 30 G. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	BISNAGA	500
11	DAPAGLIFOZINA 10MG+METFORMINA XR 1000 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	5.000
12	DAPAGLIFOZINA 10MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	CPM	40.000
13	DAPAGLIFOZINA 10MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 12, LEI 123/06)	CPM	10.000
14	DEXLANSOPRAZOL 30 MG CÁPSULA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CÁPSULA	5.000
15	DIOSMINA + HESPERIDINA 450 + 50 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CPM	30.000
16	DIVALPROATO DE SÓDIO SPRINKLE 125 MG COMPRIMIDO.	CPM	6.000



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>		
17	DOMPERIDONA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	FRASCO	200
18	EMPAGLIFLOZINA 25 MG COMPRIMIDO. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	CPM	8.000
19	EMPAGLIFLOZINA 25 MG COMPRIMIDO. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 18, LEI 123/06)</b>	CPM	2.000
20	EMPAGLIFLOZINA 25 + LINAGLIPTINA 5 MG COMPRIMIDO. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	CPM	25.000
21	EMPAGLIFLOZINA 25 + LINAGLIPTINA 5 MG COMPRIMIDO. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 20, LEI 123/06)</b>	CPM	5.000
22	ETODOLACO 400 MG REVESTIDO COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	10.000
23	ETODOLACO 500 MG REVESTIDO COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	20.000
24	ETODOLACO 600 MG REVESTIDO COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	10.000
25	IVABRADINA 5 MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	10.000
26	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25 MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	3.000
27	METFORMINA, CLORIDRATO 850 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	30.000
28	MORFINA 30MG. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	3.000
29	NORTRIPTILINA XR 25MG. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CÁPSULA	1.000
30	OLANZAPINA 2,5 MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	5.000
31	OXIBUTININA, CLORIDRATO 5 MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	5.000
32	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	FRASCO	500
33	PAROXETINA XR 25 MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	5.000
34	PAROXETINA, CLORIDRATO 40 MG COMPRIMIDO. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	CPM	25.000
35	PAROXETINA, CLORIDRATO 40 MG COMPRIMIDO. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 34, LEI 123/06)</b>	CPM	5.000
36	PENTOXIFILINA 400 MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	3.000
37	PERICIAZINA 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20ML. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	FRASCO	8.000
38	PERICIAZINA 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20ML. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 37, LEI 123/06)</b>	FRASCO	2.000
39	PERINDOPRIL ARGININA 14MG + ANLODIPINO 10MG	CPM	3.000



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>		
40	PIOGLITAZONA, CLORIDRATO 30MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	3.000
41	PROPAFENONA, CLORIDRATO 300MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	2.000
42	PROPATILNITRATO 10MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	8.000
43	QUETIAPINA, FUMARATO 50 MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	20.000
44	RAMIPRIL 10 MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	30.000
45	ROSUVASTATINA 40 MG COMPRIMIDO. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	CUM	25.000
46	ROSUVASTATINA 40 MG COMPRIMIDO. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 45, LEI 123/06)</b>	CUM	5.000
47	ROSUVASTATINA 20MG + EZETIMIBA 10MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	2.000
48	SACUBITRIL 97MG + VALSARTANA SÓDICA HIDRATADA 103MG COMPRIMIDO. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	CPM	25.000
49	SACUBITRIL 97MG + VALSARTANA SÓDICA HIDRATADA 103MG COMPRIMIDO. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 48, LEI 123/06)</b>	CPM	5.000
50	SEMAGLUTIDA 1,34 MG/ML, SISTEMA TUVBETE 1,5ML. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	SISTEMA	150
51	SEMAGLUTIDA 1,34 MG/ML, SISTEMA TUVBETE 1,5ML. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 50, LEI 123/06)</b>	SISTEMA	50
52	TELMISARTANA 80MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	10.000
53	TICAGRELOR 90MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	3.000
54	TRAZODONA RETARD 150MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	3.000
55	TRIMETAZIDINA LP 80MG COMPRIMIDO. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	CPM	25.000
56	TRIMETAZIDINA LP 80MG COMPRIMIDO. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 55, LEI 123/06)</b>	CPM	5.000
57	UNDECILATO DE TESTOSTERONA 250 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	AMP	400
58	UNDECILATO DE TESTOSTERONA 250 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 57, LEI 123/06)</b>	AMP	100
59	VIGABATRINA 500MG COMPRIMIDO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	CPM	3.000

1.2. Os itens objeto do registro de preços não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 39/2023.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

**1.3.** Os itens objeto do registro de preços são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.4.** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.6. Autorização específica do Ministério da Saúde para o exercício da atividade correspondente, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), acompanhada da respectiva publicação no Diário Oficial da União, e licenciamento do estabelecimento pelo órgão competente da Secretaria Estadual de Saúde do domicílio ou sede do licitante, com validade na data do certame, nos termos do Decreto nº 79.094/77.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação do registro de preços e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DO OBJETO A SER REGISTRADO**

**4.1.** Todos os produtos com validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, no ato do recebimento;

**4.2.** Padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa;

**4.3.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**4.4.** Informações sobre o horário de entrega das mercadorias: Segunda-feira a sexta-feira de 08:00 às 12:00, 14:00 às 17:00;

**4.5.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, não sendo aceito caixas amassadas, pacotes rasgados, com rótulos ou embalagens danificadas e nem sujos;

**4.6.** As caixas deverão estar com os rótulos contendo prazo de validade de acordo com os critérios que a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) estabelece;



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

4.7. O descarregamento será de responsabilidade da empresa CONTRATADA;

4.8. Em caso de desconformidade, serão recusados e notificados no ato do recebimento;

**Subcontratação**

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **5 (cinco) dias**, contados da solicitação, em remessa especificada no referido pedido.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Praça São Cristóvão, s/n, Bairro Camuxinga, CEP 57.510-000, Santana do Ipanema/AL.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor **Fellype Bruno Barbosa Souza, Diretor Administrativo, CPF nº 117.316.424-31**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.6.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

**6.6.3.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.6.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.6.5.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.7.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.7.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.8.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.8.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.8.2.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.8.3.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.9.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**6.10.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.11.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

- 7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 7.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

- 7.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.10.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.11.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.12.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.13.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.15.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.16.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.17.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.18.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

#### **Prazo de pagamento**

**7.19.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**7.20.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

**7.21.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.22.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.23.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.23.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.24.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Exigências de habilitação**

**8.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**8.3. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.4. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

**8.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

**8.8. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.10. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.11. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**8.12. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**8.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.16.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.17.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

- 8.18.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.22.** Certidão negativa de falência ou insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;
- 8.23.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- 8.24.** I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;
- 8.24.1.** II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e
- 8.24.2.** III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .
- 8.25.** Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste a boa situação financeira do licitante, conforme o índice exigido no termo de referência.
- 8.26.** As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices, deverão comprovar o capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado
- 8.27.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.28.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**Qualificação Técnica**

- 8.29.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.30.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.30.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.30.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.30.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**8.30.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**8.30.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**8.30.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.30.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

**9.2.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Santana do Ipanema/AL.

**10.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.